



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA

v. 7, n. 1, janeiro 2023



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
1. DIREITO ADMINISTRATIVO	
1.1 Servidora Pública Aposentada - Licença Prêmio Não Gozada	
2. DIREITO AMBIENTAL	
2.1 Dano Ambiental	
3. DIREITO CIVIL	
3.1 Embargos à Execução – IPTU – PRESCRIÇÃO	
4. DIREITO ADMINISTRATIVO	
4.1 Servidora Municipal - Aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social	
4.2 Concurso Público - Candidato considerando não recomendando em examepsicotécnico	
5. DIREITO DE FAMÍLIA	
5.1 Ação de Alimentos - Ação de Divórcio	
6. DIREITO PROCESSUAL PENAL	
6.1 Habeas Corpus Liberatório - Prisão preventiva	
7. DIREITO TRIBUTÁRIO	
7.1 Cobrança de créditos tributários - Regularidade Fiscal	

APRESENTAÇÃO

O Informativo de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, publicação periódica mensal, que tem por objetivo a divulgação das decisões mais relevantes dos Desembargadores, de forma objetiva e concisa, o presente trabalho está organizado pelo ramo do direito.

DIREITO ADMINISTRATIVO

12297861 - Acórdão PJE

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL SERVIDORA PÚBLICA APOSENTADA. LICENÇA PRÊMIO NÃO GOZADA. CONVERSÃO EM PECÚNIA. POSSIBILIDADE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA ADMINISTRAÇÃO. ART. 37, § 6º, DA CF. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO ESTADO. SENTENÇA MANTIDA. **APELAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA. À UNANIMIDADE.**

1. É devida a conversão em pecúnia da licença-prêmio não gozada pela servidora, sob pena de indevido locupletamento por parte da Administração Pública.
2. Uma vez que a servidora, implementou os requisitos e adquiriu períodos de licenças-prêmios, tais parcelas passaram a integrar seu patrimônio jurídico, afastando a necessidade das comprovações de indeferimentos formais dos pedidos administrativos.
3. sentença merece ser mantida em relação aos juros e correção monetária, uma vez que atendidos aos parâmetros firmados no RE 870.947/SE (Tema 810 do STF) e no REsp 1.495.146/MG (Tema 905 do STJ)
4. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO. À UNANIMIDADE.

(TJPA – APELAÇÃO CÍVEL – Nº 0803458-97.2020.8.14.0301 – Relator(a): LUZIA NADJA GUIMARAES NASCIMENTO – 2ª Turma de Direito Público – Julgado em 12/12/2022)

Link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acordaos-e-Jurisprudencia/168242-Pesquisa-de-Jurisprudencia.xhtml>

DIREITO AMBIENTAL

12470564 - Acórdão PJE

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE LIBERAÇÃO DE CARGA APREENDIDA POR SUPOSTO DANO AMBIENTAL. ALEGAÇÃO DE QUE A CARGA ESTÁ SE DETERIORANDO. PLEITO QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO DA DEMANA PRINCIPAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPA – AGRAVO DE INSTRUMENTO – Nº 0801213-75.2022.8.14.0000 – Relator(a): MAIRTON MARQUES CARNEIRO – 2ª Turma de Direito Público – Julgado em 23/01/2023)

Link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acordaos-e-Jurisprudencia/168242-Pesquisa-de-Jurisprudencia.xhtml>

DIREITO CIVIL

12298777 - Acórdão PJE

EMENTA: DIREITO PÚBLICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. IPTU. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. PENHORA. ALEGAÇÃO DE NULIDADE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA CÔNJUGE. REJEIÇÃO. ERRO AVALIAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS. BEM DE FAMÍLIA. EXCEÇÃO LEGAL À IMPENHORABILIDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Nos autos originários da Execução Fiscal (Processo nº 0003759-97.2008.8.14.0301) consta a CDA nº 165.313/2008 lastreando a cobrança de débitos de IPTU relativos aos exercícios 2003, 2004 e 2005.

2. Observo que essa ação executiva foi ajuizada em (20/08/2008) evidenciando, assim, a ocorrência da prescrição apenas quanto ao exercício 2003.

3. Sobre os demais exercícios (2004 e 2005) é evidente a não ocorrência da prescrição considerando que quando proferido o despacho citatório (27/02/2008), na forma prevista pelo art. 174, I do CTN (LC nº 118/2005), não transcorreram 05 (cinco) anos contados de suas constituições definitivas respectivamente 05/02/2004 e 05/02/2005. Prejudicial rejeitada.

4. A não intimação do cônjuge se deu exatamente em razão de uma informação prestada pelo próprio devedor. Em nenhum momento da instrução processual destes Embargos à Execução o embargante/executado diligenciou no sentido comprovar a existência do referido cônjuge.

5. Além disso, o entendimento esposado na sentença, no sentido de que a falta de intimação do cônjuge somente gera vício de nulidade sobre o próprio ato de intimação e não sobre o ato de penhora encontra amparo na mais recente jurisprudência do STJ.

6. Convém deixar claro, não se trata de negar a possibilidade dessa arguição ser novamente ventilada no bojo da ação executiva, mas tão somente de reconhecer que não é possível declarar nessa assentada a nulidade da penhora ante a ausência de comprovação dos fatos articulados pelo embargante.

7. Melhor sorte não socorre ao apelante quando alegou erro na avaliação do imóvel penhorado, pois segundo constou do Auto de Penhora e Avaliação o bem foi avaliado eternamente porque não foi permitido o ingresso do Oficial de Justiça. Ademais, nenhum elemento concreto de convicção fora colacionado nos autos a comprovar de forma efetiva o erro da avaliação.

8. Por fim, praticamente sacada de algibeira já que surgida apenas nas razões deste apelo – mesmo de ordem pública matéria não ventilada nos embargos de declaração oposto contra a sentença ora apelada – foi aduzido que a penhora se deu sobre bem de família.

9. Não há nos autos provas concretas a demonstrar que o bem seria o único imóvel do apelante. Ainda que assim não fosse estamos diante de débito decorrente do Imposto Predial Territorial Urbano, portando caso de exceção à impenhorabilidade legalmente prevista (art. 3º, IV, da Lei nº 8.009/90).

10. Apelo conhecido e desprovido.

(TJPA – APELAÇÃO CÍVEL – Nº 0034378-68.2012.8.14.0301 – Relator(a): MAIRTON MARQUES CARNEIRO – 2ª Turma de Direito Público – Julgado em 23/01/2023)

Link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acordaos-e-Jurisprudencia/168242-Pesquisa-de-Jurisprudencia.xhtml>

12475870 - Acórdão PJE

EMENTA: ADEQUAÇÃO DE JULGAMENTO. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDORA MUNICIPAL. APOSENTADORIA PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. REGRESSO AO CARGO. CUMULAÇÃO DE PROVENTOS COM VENCIMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA DECIDIDA EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL NO STF. RE 1.302.501/PR (TEMA 1.150). ALTERAÇÃO DO ACÓRDÃO PARA RECONHECER A IMPROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO AUTORAL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO.

(TJPA – APELAÇÃO CÍVEL – Nº 0018161-15.2016.8.14.0040 – Relator(a): ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA – 1ª Turma de Direito Público – Julgado em 23/01/2023)

Link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acordaos-e-Jurisprudencia/168242-Pesquisa-de-Jurisprudencia.xhtml>

12470866 - Acórdão PJE

EMENTA: ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO CONSIDERANDO NÃO RECOMENDANDO EM EXAME PSICOTÉCNICO. FASE DO CERTAME DEVIDAMENTE ESTABELECIDO NO EDITAL. EXISTÊNCIA DE LEI PREVENDO A REALIZAÇÃO DO EXAME PARA CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA POLICIAL. NÃO VERIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADES OU ILEGALIDADE NA REALIZAÇÃO DO EXAME. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPA – AGRAVO DE INSTRUMENTO – Nº 0803026-40.2022.8.14.0000 – Relator(a): MAIRTON MARQUES CARNEIRO – 2ª Turma de Direito Público – Julgado em 23/01/2023)

Link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acordaos-e-Jurisprudencia/168242-Pesquisa-de-Jurisprudencia.xhtml>

12327810 - Acórdão PJE

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE ALIMENTOS. AÇÃO DE DIVÓRCIO C/C PEDIDO DE FIXAÇÃO DE GUARDA E ALIMENTOS. PEDIDO DE GUARDA COMPARTILHADA E DECLARAÇÃO DE DIVÓRCIO. PERDA DO OBJETO. ALIMENTOS. OBSERVÂNCIA AO BINÔMIO POSSIBILIDADE E NECESSIDADE. MANUTENÇÃO DA POSSE DO IMÓVEL. PAGAMENTO PELO AGRAVADO DO FINANCIAMENTO. DILAÇÃO PROBATÓRIA. NECESSIDADE. MANIFESTAÇÃO DO JUÍZO DE ORIGEM SOBRE A MATÉRIA. NÃO OCORRÊNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPA – AGRAVO DE INSTRUMENTO – Nº 0808267-63.2020.8.14.0000 – Relator(a): JOSE TORQUATO ARAUJO DE ALENCAR – 2ª Turma de Direito Privado – Data do documento 17/01/2023 - Julgado em 06/12/2022)

Link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acordaos-e-Jurisprudencia/168242-Pesquisa-de-Jurisprudencia.xhtml>

12220941 - Acórdão PJE

EMENTA: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. COBRANÇA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS. REGULARIDADE FISCAL. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. MEIO DE COERÇÃO INDIRETO. LEGALIDADE. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO ANTE O OFERECIMENTO DE SEGURO GARANTIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Somente o depósito em dinheiro do montante integral devido possui o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário, não se incluindo nesse conceito o seguro garantia, servindo para caucionar o crédito, tão somente, para permitir a concessão da certidão positiva com efeitos de negativa, estampada no artigo 206 do CTN.

2. Recurso conhecido e improvido.

(TJPA – AGRAVO DE INSTRUMENTO – Nº 0809875-96.2020.8.14.0000 – Relator(a): LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO – 2ª Turma de Direito Público – Data do documento 09/01/2023)

Link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acordaos-e-Jurisprudencia/168242-Pesquisa-de-Jurisprudencia.xhtml>

12556601 - Acórdão PJE

EMENTA: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR. PRISÃO PREVENTIVA. ARTIGO 33 DA LEI Nº 11.343/06 (TRÁFICO DE ENTORPECENTES). AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. NECESSIDADE. CONCESSÃO DEFINITIVA DA ORDEM.

1 - A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA NÃO ESTÁ EMBASADA EM INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE E AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO NÃO DEMONSTRAM DE FORMA CABAL A NECESSIDADE DA DECRETAÇÃO DA MEDIDA EXTREMA, POIS NÃO APONTA QUALQUER FATO CONCRETO OU CONDUTA DO PACIENTE QUE PUDESSE ENSEJAR A SUA PRISÃO PREVENTIVA, LIMITANDO-SE A TECER COMENTÁRIOS ACERCA DA GRAVIDADE EM ABSTRATO DO CRIME, E DO SUPOSTO PREJUÍZO À ORDEM PÚBLICA, FUNDAMENTANDO-SE EM ILAÇÕES E SUPOSIÇÕES, AS QUAIS NÃO PODEM SUBSISTIR COMO ARGUMENTOS JURÍDICOS IDÔNEOS PARA DECRETAR A MEDIDA CAUTELAR EXTREMA;

2 - ASSIM, EM HOMENAGEM AOS PRINCÍPIOS DA NÃO CULPABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE, POSTO QUE A PRISÃO PREVENTIVA É UMA MEDIDA EXTREMA, ENTENDO QUE DEVE SER CONVERTIDA EM MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO (ART. 319 DO CPP);

- VÍNCULO AO CUMPRIMENTO AS SEGUINTE MEDIDAS CAUTELARES, SOB PENA DE NOVA DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA: A) PROIBIÇÃO DE AUSENTAR-SE DE PARAUPEBAS/PA SEM INFORMAR AO JUÍZO; B) PROIBIÇÃO DE FREQUENTAR BARES E FESTAS; C) COMPARECIMENTO MENSAL EM JUÍZO PARA INFORMAR E JUSTIFICAR SUAS ATIVIDADES; D) RECOLHIMENTO DOMICILIAR NO PERÍODO NOTURNO E NOS DIAS DE FOLGA; E) MONITORAÇÃO ELETRÔNICA, RESSALTANDO QUE NO CASO DE IMPOSSIBILIDADE DEVIDAMENTE JUSTIFICADA, FICA DISPENSADO O USO.

(TJPA – HABEAS CORPUS CRIMINAL – Nº 0800074-54.2023.8.14.0000 – Relator(a): ROSI MARIA GOMES DE FARIAS – Seção de Direito Penal – Data do documento 08/02/2023 – Autuado em 05/01/2023).

Link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acordaos-e-Jurisprudencia/168242-Pesquisa-de-Jurisprudencia.xhtml>

EDIÇÕES DO INFORMATIVO

Acesse as edições no site da Divisão de Registros de Acórdãos e Jurisprudência
Visite nossa página: <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acordaos-e-Jurisprudencia/168242-Pesquisa-de-Jurisprudencia.xhtml>

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARÁ
SERVIÇO DE JURISPRUDÊNCIA

Av. Almirante Barroso nº 3089 – Bairro: Souza – CEP: 66613-710 – Belém – PA.
Telefone: (91) 3205-3266